

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.796 - RJ (2019/0274088-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : VILLEMOR, TRIGUEIRO, SAUER E ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**ADVOGADOS** : KARLA DE CARVALHO GOUVEA - RJ113268  
MARIA CLARA MALAFAIA E ROSA MORETTE - RJ184694  
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA FRANCISCO - RJ162533  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE RIO BONITO  
**PROCURADOR** : WILLIAM CAMPOS DE PAULO - RJ184909  
**INTERES.** : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A  
**ADVOGADOS** : MARIA CLARA MALAFAIA E ROSA MORETTE - RJ184694  
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA FRANCISCO - RJ162533  
CAIO CÉZAR OVELHEIRO MENNA BARRETO - RJ211267

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Villemor, Trigueiro, Sauer e Advogados Associados, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 123):

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CANCELAMENTO DA CDA. ARTIGO 26 DA LEI Nº 6.830/80. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. EMBORA EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, EM RAZÃO DO CANCELAMENTO DA CDA, SE O EXECUTADO FOI OBRIGADO A SE DEFENDER, SEJA POR MEIO DE EMBARGOS DO DEVEDOR, SEJA VIA SIMPLES PETIÇÃO SUBSCRITA POR CAUSÍDICO CONTRATADO PARA ESSE FIM, NÃO PODE A FAZENDA PÚBLICA INVOCAR EM SEU PROL A REGRA INSERTA NO ARTIGO 26 DA LEI Nº 6.830/80, PARA SE VER LIBERADA DO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DA VERBA DE PATROCÍNIO. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO QUE SE DEU APÓS A CITAÇÃO DO DEVEDOR E POR CULPA EXCLUSIVA DO CREDOR. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA E. CORTE. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 144-147).

Alega a parte recorrente ofensa aos arts. 141, 492 e 1.022, I e III, do CPC/2015.

Sustenta que, devido a possível erro material, o dispositivo do acórdão

# Superior Tribunal de Justiça

combatido é conflitante com a fundamentação do julgado no tocante à fixação dos honorários advocatícios.

Aduz que, embora apontada a referida contradição nos embargos de declaração, a Corte *a quo* não a eliminou, decidindo nos aclaratórios sobre matéria não questionada.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 178-180.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 188-191), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Há contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o acórdão dos embargos de declaração não sanou a contradição apontada na seguinte disposição do julgamento da apelação (e-STJ, fl. 127):

Assim, no que tange ao percentual da verba honorária, observados os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Isso posto, dou parcial provimento ao recurso para condenar o Apelado ao pagamento da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de honorários advocatícios.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015) quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* se mantém em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos de declaração, a fim de que os vícios sejam sanados.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. OCORRÊNCIA. OMISSÃO EVIDENCIADA. ACÓRDÃO RECORRIDO ANULADO.

[...]

2. O acolhimento de recurso especial por violação ao art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado.

3. Hipótese em que o Tribunal *a quo*, ao julgar os aclaratórios, permaneceu omissa quanto à alegada aplicação da limitação temporal ao creditamento de ICMS, prevista no art. 33, I, da Lei Complementar n. 87/1996.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 469.581/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/9/2016, DJe 19/10/2016)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração e determino o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

